

# DF Cultura Boca-Livre

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou esta semana, em segundo turno, uma anomalia: projeto de lei que autoriza a entrada gratuita de soldados da Polícia Militar (13 mil homens) e do Corpo de Bombeiros (6 mil) em espetáculos culturais, artísticos e esportivos em toda a cidade. Trata-se da oficialização da boca-livre — e o contribuinte pergunta, perplexo: por que só para aquelas categorias?

O projeto está nas mãos do governador Cristovam Buarque, que já declarou que o vetará. Felizmente. Convém, no entanto, analisar algumas barbaridades perpetradas por seu autor, o deputado João de Deus, e apoiadas com a maior sem-cerimônia pela maioria de seus colegas. Legislou-se sobre patrimônio alheio. Pior: tentou-se roubar o fruto do trabalho de atletas, artistas, produtores culturais e donos de casas de espetáculo.

Em linguagem popular, traduz-se tal gesto por “fazer reverência com chapéu dos outros”. Atletas, artistas e produtores, além de toda a gama de profissionais que gravitam em torno do universo de esportes, artes e espetáculos, vivem da receita gerada pelos shows e competições. O que determina a solvência e sobrevivência desses profissionais é a afluência de público pagante em cada um desses espetáculos.

Sem público, não há receita — e sem receita não há como continuar investindo naquelas atividades e remunerando seus profissionais. A

equação é óbvia — exceto, claro, para os deputados que aprovaram tal excrecência. A única concessão, feita com o assentimento dos profissionais do meio — e que já se tornou tradicional em nosso país —, é a que reduz o preço dos ingressos aos estudantes. Mesmo aí, não há a boca-livre. Cobra-se menos de quem estuda por razões não só econômicas, mas pedagógicas: estudante ganha menos e precisa freqüentar espetáculos culturais para aprimorar sua formação. Mas o princípio da cobrança — em face da venda de um bem cultural — está presente.

Policiais militares e bombeiros são profissionais respeitáveis e de grande importância para a segurança e bem-estar da sociedade. Merecem carinho e apreço dos cidadãos. Nada, porém, justifica tal deferência. Por que dá-la ao bombeiro e não, por exemplo, ao lixeiro ou ao agrônomo?

Isso, claro, abstraindo-se a circunstância de que o que se está doando — o trabalho de artistas, atletas e produtores culturais e donos de teatro — não pertence ao doador. Não será com medidas como essa, que pune a laboriosa classe dos artistas e dos atletas, que se aprimorará a vida cultural da cidade. Nem é certamente lesando algumas categorias de trabalhadores que se deve homenagear outras. Há maneiras mais sensatas — e honestas — de fazê-lo.